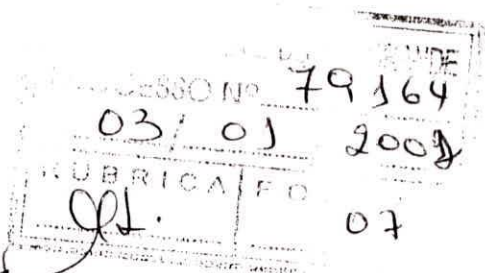


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 5.588, de 26 de dezembro de 2001.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO  
ARTIGO 72 DA LEI 1799/A DE 31/12/66,  
ALTERADA PELA LEI 2.105, DE  
19/12/69, NA REDAÇÃO QUE LHE DEU  
A LEI Nº 3.812 NO ARTIGO 40.

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições  
que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º – O artigo 40 da Lei nº 3.812 de 22 de novembro  
de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 40 – Independentemente do arbitramento do imposto é passível de  
multa de 30 URMs, o contribuinte ou responsável que:

- I – .....
- II – .....
- III – .....
- IV – .....
- V – .....
- VI – .....
- VII – .....
- VIII – ....."

ARTIGO 2º – Esta Lei entra em vigor em janeiro de 2002.

Rio Grande, 26 de dezembro de 2001.



FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO  
Prefeito Municipal

cc: Secretarias/PJ/DATC/ABC/CMV/Publicação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº 79006	
10 / 12 / 2001	
RUBRICA	FOLHAS
92	05
SUBSTITUTIVO	

MENSAGEM/315

Rio Grande, 06 de dezembro de 2001.

*Aprovado Ata 7158 em 20.12.01  
Reversão Final Ata 7159 em 21.12.01*

Senhor Presidente,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa, para apreciação e aprovação, SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei nº 082, que **"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 40 DA LEI Nº 3.812 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1983"**, enviado através da Mensagem/299, de 03 de dezembro de 2001.

A presente substituição tem por finalidade adicionar na epígrafe do Projeto de Lei a citação das Leis 1799A de 31/12/66 e 2.105, de 19/12/69, que deixaram de ser citadas.

Justificamos a presente solicitação, considerando o grande número de estabelecimentos funcionando sem Alvarás de Localização. Considerando que sai mais barato pagar multa ao Município do que regularizar a situação Fiscal do estabelecimento.

Considerando o elevado número de Notas Fiscais alteradas e Livros não escriturados. Considerando o grande número de estabelecimentos que não comunicam a mudança de endereço, causando transtornos ao Fisco. Considerando que um elevado número de estabelecimentos não informa a área correta, sonegando as taxas devidas.

Considerando o grande número de baixas não comunicadas no prazo legal, vindo a ocorrer muitos anos depois, o que acarreta acúmulo de serviço desnecessário à administração fazendária. Considerando que, a grande maioria dos contribuintes notificados, recusa-se a apresentar ao Fisco os documentos fiscais solicitados, propiciando à sonegação: É necessário que se atualize as multas constantes do art. 40 da Lei 3.812 de 22 de novembro de 1983.

Sem mais para o momento, colhemos o ensejo para renovar a V.Exa. e Nobres Pares, nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

EXMO SENHOR  
VER. WILSON BATISTA DUARTE SILVA  
DD PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
NESTA

*Cuc. CCJ Ata 7151 em 10.12.2001*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO



**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 082, de 03 de dezembro de 2001.**

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO  
ARTIGO 72 DA LEI 1799/A DE 31/12/66,  
ALTERADA PELA LEI 2.105, DE  
19/12/69, NA REDAÇÃO QUE LHE DEU  
A LEI Nº 3.812 NO ARTIGO 40.**

**ARTIGO 1º – o artigo 40 da Lei nº 3.812 de 22 de novembro  
de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**“ARTIGO 40 – Independentemente do arbitramento do  
imposto é passível de multa de 30 URMs a 150 URMs, o contribuinte ou responsável  
que”:**

- I – .....**
- II – .....**
- III – .....**
- IV – .....**
- V – .....**
- VI – .....**
- VII – .....**
- VIII – .....**

**ARTIGO 2º – Esta Lei entrará em vigor em janeiro de 2002.**

**Rio Grande, 06 de dezembro de 2001.**

  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**



250 Anos

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Câmara Municipal do Rio Grande**


Of. n.º 1763/2001  
Processo n.º 79.006

Rio Grande, 14 de dezembro de 2001.

**Senhor Prefeito,**

Apraz-nos cumprimentá-lo oportunidade que, encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei em anexo, aprovado em sessão realizada no dia de ontem para sua devida apreciação.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**Ver. Wilson Batista Duarte Silva**  
**Presidente**

**ANEXO: “Dá nova redação ao artigo 72 da Lei 1799/A de 31/12/66, alterada pela Lei 2.105, de 19/12/69, na redação que lhe deu a Lei nº 3.812 no artigo 40.”**

**Exmo. Sr.**  
**Fábio Branco**  
**Prefeito Municipal**  
**Nesta**

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!



250 Anos

**Estado do Rio Grande do Sul  
Câmara Municipal do Rio Grande**

**PROJETO DE LEI**

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 72  
DA LEI 1799/A DE 31/12/66, ALTERADA PELA LEI  
2.105, DE 19/12/69, NA REDAÇÃO QUE LHE DEU A  
LEI Nº 3.812 NO ARTIGO 40.**

**Artigo 1º** - O Artigo 40 da Lei nº 3.812 de 22 de novembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 40- Independentemente do arbitramento do imposto é passível de multa de 30 URMs, o contribuinte ou responsável que:

- I-.....
- II- .....
- III-.....
- IV-.....
- V-.....
- VI-.....
- VII-.....
- VIII-.....

**Artigo 2º**- Esta Lei entra em vigor em janeiro de 2002.

*W. L. P.*

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!



ATA Nº 7158

PROCESSO Nº

79.006

## VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	WILSON BATISTA DUARTE DA SILVA	—		
2	CLAUDIO DIAZ	—		
3	SANDRO FIGUEREDO DE OLIVEIRA- BOKA	✓		
4	SURAMA SANTOS	—		
5	PAULO RENATO MATTOS GOMES	✓		
6	Moisés Harmon	✓		
7	ANGELO FERNANDO SILVA RIBEIRO	✓		
8	ARLINDO SCHIMIDT	—		
9	CELSO KRAUSE	✓		
10	CIRO CARDOSO LOPES	✓		
11	CLAUDIO COSTA	✓		
12	CHARLES SARAIVA	✓		
13	Paulo Roldão	✓		
14	JULIO CESAR PEREIRA DA SILVA	—		
15	JULIO CEZAR JORGE MARTINS	✓		
16	JURANDIR PEREIRA	✓		
17	LUIZ CARLOS DA GRAÇA	✓		
18	MARIA DE LOURDES FONSECA LOSE	✓		
19	ONEDIR DIAS LILJA	✓		
20	RENATO TUBINO LEMPECK	—		
21	RUDIMAR MARIN	✓		
	RESULTADO: aprovado	15		

DATA: 20.12.2001

SECRETÁRIO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Câmara Municipal do Rio Grande

**REQUERIMENTO**  
Requer Urgência

*Emenda*

Câmara Municipal do Rio Grande  
PROCESSO N.º *79.006*  
*20/12/2001*

Exmo. Sr. Presidente

O(s) Vereador (es) abaixo assinado (s) requer (em) a V. Exma., após ouvida a Casa:

**Emenda substitutiva** ao caput do art. 2º, do Projeto de Lei 082, Processo nº 79.006 de 03/12/2001, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2003”.

.....”

Ver. Julio Martins  
Líder PCdoB

JUSTIFICATIVA EM PLENÁRIO

Rio Grande, 20 de dezembro de 2001

*retirado da ata  
Ata 7158*

VISTO
_____ Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal do Rio Grande**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS**

Processo n.º

79006

Assunto :

**PARECER**

Esta COMISSÃO após apreciar o Projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, considera-o enquadrado dentro das normas orçamentárias vigentes.

Rio Grande, de

de 199

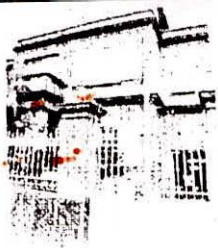
*Cândido C. D. D.*  
PRESIDENTE

*Armando Schmitt*  
VICE-PRESIDENTE

*Jose Claudino A. Xavier*  
SECRETARIO  
*Paulo Roberto*  
MEMBRO

MEMBRO





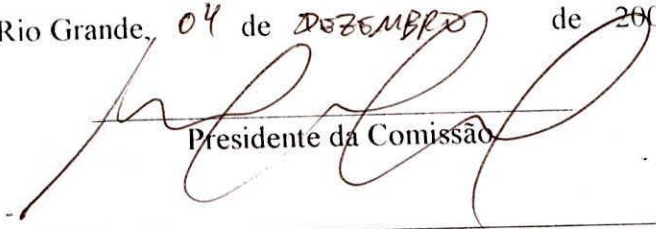
A mais antiga do Estado  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO 79.006

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador

(a) PRETO - P2, após manifestação da Consultoria Jurídica.

Rio Grande, 04 de DEZEMBRO de 2001

  
Presidente da Comissão

PARECER JURÍDICO

Nº

( ) Em anexo

( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, de de 2001

\_\_\_\_\_  
Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a) :

- ( ) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.  
( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

Rio Grande, de de 2001

\_\_\_\_\_  
Relator (a )



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº 79 006	
03 / 12 / 2001	
RUBRICA	FOLHAS
01	05

MENSAGEM/299

Rio Grande, 03 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa, para apreciação e aprovação, o incluso Projeto de Lei nº 082, que **"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 40 DA LEI Nº 3.812 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1983"**.

Justificamos a presente solicitação, considerando o grande número de estabelecimentos funcionando sem Alvarás de Localização. Considerando que sai mais barato pagar multa ao Município do que regularizar a situação Fiscal do estabelecimento.

Considerando o elevado número de Notas Fiscais alteradas e Livros não escriturados. Considerando o grande número de estabelecimentos que não comunicam a mudança de endereço, causando transtornos ao Fisco. Considerando que um elevado número de estabelecimentos não informa a área correta, sonegando as taxas devidas.

Considerando o grande número de baixas não comunicadas no prazo legal, vindo a ocorrer muitos anos depois, o que acarreta acúmulo de serviço desnecessário à administração fazendária. Considerando que, a grande maioria dos contribuintes notificados, recusa-se a apresentar ao Fisco os documentos fiscais solicitados, propiciando à sonegação: É necessário que se atualize as multas constantes do art. 40 da Lei 3.812 de 22 de novembro de 1983.

Sem mais para o momento, colhemos o ensejo para renovar a V.Exa. e Nobres Pares, nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

EXMO SENHOR  
VER. WILSON BATISTA DUARTE SILVA  
DD PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
NESTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
«ÁREA DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL»  
GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 3.812  
22 de novembro de 1983.

ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO  
DO MUNICÍPIO NA PARTE RELATIVA AO IM-  
POSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATU-  
REZA.

ABEL ABREU DOURADO, Prefeito Municipal do  
Rio Grande, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, em seu artigo  
62, inciso II,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele  
sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre o fato ge-  
rador, incidência e domicílio fiscal, base de cálculo e alíquotas,  
lançamento, recolhimento e a fiscalização do Imposto Sobre Servi-  
ços de Qualquer Natureza, bem como estabelece normas gerais de di-  
reito fiscal a ele pertinentes.

CAPÍTULO I  
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Artigo 2º - O Imposto Sobre Serviços de Qual-  
quer Natureza, tem como fato gerador a prestação de serviços por  
empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo,  
conforme lista e condições estabelecidas no Decreto-Lei nº 834, de  
08 de setembro de 1969, ou outras normas que venham a ser baixa-  
das pelo Governo Federal.

Parágrafo Único - Os serviços constantes des-  
ta lista estão sujeitos apenas ao Imposto previsto neste artigo, a  
inda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias, res-  
salvadas as excessões contidas em seus próprios itens.

Artigo 3º - A incidência do Imposto indepen-  
de:

- I - da destinação do serviço;
  - II - do resultado financeiro obtido;
  - III - da existência de estabelecimento fixo;
- ...





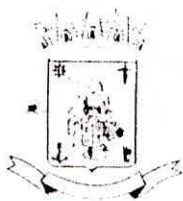
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
«ÁREA DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL»  
GABINETE DO PREFEITO

-13-

...  
Parágrafo 4º - Na fixação do valor da multa sofrerão arredondamento as parcelas inferiores a CR\$ 100,00, desprezando-se as inferiores a CR\$ 50,00 e elevando-se para a centena imediatamente superior as que igualarem ou suplantarem esta quantia.

Artigo 40 - Independentemente do arbitramento do Imposto é passível de multa de 30% (trinta por cento) da Unidade de Referência Padrão a 3 (três) vezes o valor desta, o contribuinte ou responsável que:

- I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito a este Imposto, antes de requerer a inscrição na Secretaria Municipal de Fazenda;
- II - apresentar livros, documentos ou declarações relativas a atividade sujeitas a este tributo, com omissões ou dados inverídicos;
- III - deixar de comunicar, dentro do prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
- IV - deixar de apresentar dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos a identificação ou caracterização dos fatos geradores ou da base de cálculo deste Imposto;
- V - deixar de remeter à Prefeitura, sendo obrigado a fazê-lo, documento por Lei exigido ou regulamento fiscal;
- VI - negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interesses da Fazenda Municipal;
- VII - negar-se a exhibir livros e documentos da escrita fiscal que interessem a fiscalização;
- VIII - deixar de cumprir qualquer outra obrigação acssória estabelecida nesta Lei ou em regulamento a ela referente.



Amor à Pátria

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

(Substitutivo 77.006)

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador

(a) PROTO-92, após manifestação da Consultoria Jurídica

Rio Grande, 17 de DEZEMBRO de 2001

Presidente da Comissão

PARECER JURÍDICO

Nº

710/07

( ) Em anexo

(X) O parecer é emitido em conformidade com as Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e

adequado a Técnica

1763

de DEZEMBRO de 2001

Consultor Jurídico

DESPACHO

Na condição de Relator (a) :

(X) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.

( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.

Rio Grande, 19 de DEZEMBRO de 2001

Relator (a)



A mais antiga do Estado  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

**PROCESSO**.....79006-SUBSTITUTIVO

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara **não haver** impedimento a sua tramitação.

- | | INCONSTITUCIONAL
- | | ANTIJURÍDICO
- | | ANTIREGIMENTAL
- | | INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta Comissão, fundamentado nos termos da Consultoria Jurídica da Casa.

Sala das Comissões,

de

de 2001

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Membro

Membro